

**Inspere Instituto de Ensino e Pesquisa
Graduação em Ciências Econômicas**

**“MILAGRE ECONÔMICO” BRASILEIRO: CRESCIMENTO E DESIGUALDADE EM
PERSPECTIVA**

André Rappaport da Costa Santos

São Paulo

2025

André Rappaport da Costa Santos

**“MILAGRE ECONÔMICO” BRASILEIRO: CRESCIMENTO E DESIGUALDADE EM
PERSPECTIVA**

Trabalho de conclusão do curso de Ciências Econômicas, apresentado ao Insper como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ulisses Ruiz de Gambôa

São Paulo

2025

RESUMO

Este trabalho revisa criticamente a literatura sobre o Milagre Econômico brasileiro (1968-1973), com foco nos determinantes do crescimento e seus efeitos sobre a desigualdade. Argumenta-se que, embora as reformas do PAEG tenham sido importantes para impulsionar o crescimento, elas também contribuíram para ampliar a concentração de renda. As interpretações teóricas de Albert Fishlow, que enfatiza aspectos estruturais e o viés pró-capital das políticas, e Carlos Geraldo Langoni, que destaca o papel da demanda por educação e a teoria do capital humano, são mobilizadas como base para analisar a dinâmica da desigualdade. Conclui-se que o crescimento do período foi marcadamente excludente, beneficiando desproporcionalmente os estratos mais ricos da população e consolidando um padrão de desenvolvimento com elevada concentração de renda.

Palavras-chave: Milagre econômico; crescimento econômico; ditadura militar

ABSTRACT

This paper critically reviews the literature on Brazil's Economic Miracle (1968–1973), focusing on growth drivers and their impact on inequality. It argues that while the PAEG reforms were important for fostering growth, they also contributed to increased income concentration. The theoretical interpretations of Albert Fishlow, emphasizing structural factors and a pro-capital bias in policies, and Carlos Geraldo Langoni, highlighting the role of demand for education and human capital theory, are drawn upon as a basis for analyzing the dynamics of inequality. The paper concludes that the growth during this period was markedly exclusionary, disproportionately benefiting the wealthiest segments of the population and consolidating a development pattern with high income concentration.

Keywords: Brazilian Economic Miracle; Economic Growth; Military Dictatorship

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	6
2.	METODOLOGIA.....	9
3.	REVISÃO DE LITERATURA.....	11
3.1.1	O Crescimento Econômico no Milagre Brasileiro	11
3.1.2	Os Impactos das Reformas do PAEG no Milagre.....	12
3.1.3.	Reformas Econômicas e Impactos Distributivos.....	14
3.1.4	O Debate Acadêmico sobre Crescimento e Desigualdade.....	15
4.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: FISHLOW X LANGONI	17
4.1	Albert Fishlow: dualismo setorial e viés pró-capital.....	17
4.2	Carlos Geraldo Langoni: escassez de capital humano e prêmios educacionais	19
4.3	Convergências, divergências e lições conjuntas	20
5.	CONCLUSÃO.....	22
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

1. INTRODUÇÃO

Entre 1968 e 1973, o Brasil vivenciou um período de crescimento econômico acelerado, conhecido como o *Milagre Econômico Brasileiro*. Durante o auge da ditadura militar, nos governos dos generais Artur da Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Médici (1969-1973), o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou acelerado crescimento, atingindo seu ápice de 14,0% em 1973 e representando um média de crescimento do PIB de 11,1% ao ano no período. Ao mesmo tempo, observou-se uma taxa de inflação declinante para o período, saindo de 25,5% em 1968 para 15,6% em 1973, além de saldos positivos e crescentes do Balanço de Pagamentos. Outro ponto a se destacar é a relação Dívida Externa/Exportação, que cai de 2 para 1,4, puxada pelo forte crescimento das exportações no período.

Tabela 1 – Indicadores econômicos entre 1968 e 1973

Indicadores	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Taxa de crescimento do PIB (%)	9,8%	9,5%	10,4%	11,3%	11,9%	14,0%
Inflação (IGP,%)	25,5%	19,3%	19,3%	19,5%	15,7%	15,6%
Taxa de crescimento das exportações em US\$ (%)	13,7%	22,9%	18,5%	6,0%	37,4%	55,3%
Taxa de crescimento das importações em US\$ (%)	28,7%	7,4%	25,8%	29,5%	30,3%	46,3%
Saldo da Balança Comercial (em US\$ milhões)	26	318	232	-344	-241	7
Saldo em Conta Corrente (em US\$ milhões)	-582	-364	-839	-1.630	-1.688	-2.085
Dívida Externa Líquida/Exportação de Bens	2	1,7	1,8	2,3	1,8	1,4
Saldo do Balanço de Pagamentos (em US\$ milhões)	97	531	534	537	2.538	2.380

Fonte: Veloso et al (2008, Tabela 1).

Para entendermos o milagre, é necessário abrangermos, pelo menos, todo o período de 1964 até 1973. O período foi marcado por uma combinação de homogeneidade da política econômica, consequência direta do golpe militar, e políticas econômicas ortodoxas, lideradas pelos ministros Roberto Campos e Octávio Bulhões, do Planejamento e Fazenda, respectivamente. Segundo Hermann (2005), o principal motivo para a estabilidade da política econômica do período foi justamente o caráter autoritário e impositivo do campo político, capaz de reprimir quaisquer manifestações da sociedade civil.

Podemos dividir o período de 1964-1973 em dois: o primeiro, entre 1964 e 1967, pode ser considerado como uma fase de “ajuste conjuntural e estrutural da economia” (Hermann, 2005), marcado pela implementação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e suas reformas fiscais e do sistema financeiro, além

da abertura da economia brasileira ao exterior. Neste período tivemos uma taxa de crescimento médio do PIB de 4,2% ao ano, com níveis de inflação ainda elevados, com média de 45,5% ao ano.

O segundo período se estende de 1968-1973 e é o período efetivamente do que chamamos de “milagre” econômico, cujo desempenho da economia brasileira já foi abordado no início desta seção.

Tabela 2 – Média dos indicadores econômicos para os períodos de 1964-1967 e 1967-1973

Indicadores	Médias 1964-67	Médias 1968-73
Crescimento do PIB (% a.a.)	4,2%	11,1%
Inflação (IGP dez./dez., % a.a.)	45,5%	19,1%
FBCF (% PIB a preços correntes)	15,5	19,5
Tx. de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes,	4,1	24,6
Tx. de cresc. das importações de bens (US\$ correntes,	2,7	27,5
Balança comercial (US\$ milhões)	412	0
Saldo em conta corrente (US\$ milhões)	15	-1198
Dívida externa líquida/Exportação de bens	2	1,8

Fonte: Hermann (2005, Tabela 3.2)

O crescimento econômico durante o Milagre Econômico trouxe impactos significativos para o desenvolvimento do Brasil. Proporcionando um aumento na atividade em dimensões nunca mais presenciadas na história do país. Ao mesmo tempo, no campo político, o país passava por um de seus momentos mais autoritários, marcado por perseguições, torturas e repressão de quaisquer opiniões contrárias ao regime militar. Roberto Campos, em seu livro *A Lanterna na Popa (1994)*, argumenta que os casos de desenvolvimento das economias do sul e sudeste asiático apresentam o “mais fértil laboratório de análise” ao representarem claros casos de correlação entre desenvolvimento econômico e autoritarismo. O caso brasileiro, vivenciado e protagonizado pelo próprio Roberto Campos, compartilha das mesmas características, tornando-o, assim como os casos asiáticos, um excelente estudo de caso para entendermos não apenas as suas causas, mas também se será possível presenciarmos um crescimento como este no Brasil do futuro.

Há uma tendência de concentração da renda ao longo dos anos 1960. Para ilustrar essa evolução, adaptamos a tabela abaixo, que apresenta a comparação da distribuição da renda e das rendas médias entre 1960 e 1970:

Tabela 3 – Comparação da distribuição da renda (1960/1970). Valores em Cr\$ de 1970 por mês.

Percentil	Renda (%)	Renda (%)	Variação	Renda Média	Renda Média	Variação
	1960	1970	70/60 (%)	1960	1970	70/60 (%)
(-) 10	1,17	1,11	-5,13	25	32	28
10	2,32	2,05	-11,64	48	58	20,83
10	3,42	2,97	-13,16	71	84	18,31
10	4,65	3,88	-16,55	96	110	14,58
10	6,15	4,9	-20,32	127	139	9,45
10	7,66	5,91	-22,75	158	168	6,33
10	9,41	7,37	-21,68	195	210	7,69
10	10,85	9,57	-11,89	225	272	20,99
10	14,69	14,45	-1,64	305	411	34,75
(+) 10	39,66	47,79	20,5	815	1360	66,87
(+) 5	27,69	34,86	25,9	1131	1984	75,42
(+) 1	12,11	14,57	20,32	2389	3147	73,59
(-) 40	11,57	10	-13,57	60	71	18,33
20	13,81	10,81	-21,73	142	153	7,74
(+) 40	74,62	79,19	6,13	385	563	46,23
TOTAL	100	100	-	206	282	36,89

Fonte: Adaptado de Langoni (1973).

A partir da análise da Tabela 1, nota-se que, embora todos os estratos tenham registrado aumento na renda média, os percentis superiores – especialmente os 1%, 5% e 10% mais ricos – apresentaram variações percentuais substancialmente maiores do que a média geral, que cresceu 36,89%. Essa discrepância indica que os ganhos do crescimento econômico foram concentrados entre os grupos com maior renda, intensificando a desigualdade durante o período do Milagre Econômico.

O crescimento econômico acelerado, embora tenha transformado a economia brasileira e elevado os índices de produção, não se traduziu em uma distribuição equitativa dos ganhos. Os mecanismos de concentração, somados aos efeitos das reformas estruturais do PAEG, favoreceram de forma desproporcional os grupos com maior acesso a crédito e recursos para investimento, contribuindo para o aprofundamento das disparidades socioeconômicas.

2. METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem de revisão narrativa da literatura, método utilizado para sintetizar e analisar criticamente as contribuições de diversos autores sobre um determinado tema. A revisão narrativa permite uma abordagem mais flexível e interpretativa, possibilitando a identificação das principais vertentes teóricas e empíricas sobre o objeto de estudo sem a necessidade de critérios estritos de inclusão e exclusão, como em revisões sistemáticas.

A escolha dessa metodologia se justifica pelo objetivo do estudo, que é compreender e revisar os debates acadêmicos sobre o Milagre Econômico brasileiro (1968-1973) e seu impacto sobre a desigualdade socioeconômica. Dessa forma, busca-se integrar diferentes interpretações sobre o tema, considerando contribuições clássicas e recentes da literatura econômica.

A revisão de literatura foi realizada com base em livros, artigos acadêmicos e relatórios de instituições reconhecidas, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). As fontes foram selecionadas pela relevância acadêmica, considerando trabalhos amplamente citados na área da economia e da história econômica brasileira, além de estudos que analisam tanto o período do Milagre Econômico quanto suas consequências de longo prazo. Também foram considerados estudos que apresentam interpretações divergentes, abrangendo tanto visões que defendem o PAEG como motor do crescimento quanto críticas que apontam sua relação com o aumento da desigualdade. Além disso, buscou-se priorizar trabalhos que apresentam evidências empíricas concretas sobre crescimento econômico, distribuição de renda e políticas públicas.

A análise dos textos foi conduzida de forma qualitativa, organizando as contribuições dos autores em categorias temáticas. O período de análise abrange as décadas de 1960 a 1980, com foco principal nos anos de implementação do PAEG (1964-1967) e nos impactos observados durante o Milagre Econômico (1968-1973). Além disso, alguns estudos mais recentes foram incluídos para fornecer uma perspectiva histórica e comparativa, analisando os desdobramentos das reformas do período em décadas posteriores.

Essa metodologia permite um entendimento aprofundado da relação entre crescimento econômico e desigualdade, consolidando uma base teórica e empírica que sustentará a discussão apresentada ao longo do trabalho.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1.1 O Crescimento Econômico no Milagre Brasileiro

O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi implementado entre 1964 e 1967 como uma resposta à instabilidade macroeconômica que caracterizava a economia brasileira nos anos anteriores ao regime militar. O golpe de 1964 instaurou uma nova orientação política e econômica, na qual o governo buscou alinhar-se a uma agenda de estabilização e crescimento baseada em princípios de austeridade fiscal e modernização econômica. O governo Castello Branco, primeiro do regime militar, foi responsável por formular e executar o PAEG, sob a liderança de uma equipe econômica composta pelos ministros Otávio Gouveia de Bulhões, na Fazenda, e Roberto Campos, no Planejamento (Economia Brasileira Contemporânea, 2011).

A economia enfrentava um cenário de inflação elevada, déficits fiscais persistentes e baixa taxa de investimentos, o que resultava em crescimento econômico instável e deterioração dos indicadores sociais. A inflação, que chegou a 79,9% em 1963, foi diagnosticada como um problema estrutural resultante da excessiva expansão monetária e da inconsistência das políticas distributivas, que priorizavam o consumo em detrimento da poupança e do investimento (A Ordem do Progresso, 2017).

O PAEG baseava-se em três pilares principais: ajuste fiscal, reforma financeira e abertura econômica. No ajuste fiscal, o governo promoveu uma ampla reforma tributária, substituindo impostos em cascata por um sistema mais racionalizado, como a criação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), precursor do ICMS atual (Determinantes do Milagre Econômico, 2008). A política monetária adotou um viés gradualista, com metas de inflação decrescentes: 70% em 1964, 25% em 1965 e 10% em 1966 (Economia Brasileira Contemporânea, 2011). Além disso, foram implementadas medidas para reduzir o déficit público, incluindo a proibição de que o Legislativo aumentasse despesas na votação do orçamento (Determinantes do Milagre Econômico, 2008).

No campo financeiro, a criação do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional (CMN) buscou fortalecer a regulação do setor bancário e promover um ambiente mais estável para o crédito e os investimentos de longo prazo.

Já a abertura econômica incluiu a unificação do sistema cambial e a ampliação do acesso ao crédito externo para grandes empresas e estatais, consolidando uma integração mais forte com o sistema financeiro internacional. O sistema financeiro foi remodelado para permitir maior participação de bancos privados, modernizando o mercado de capitais e viabilizando maior oferta de crédito de longo prazo para investimentos produtivos (A Ordem do Progresso, 2017).

Dessa forma, o PAEG representou um marco na modernização da economia brasileira, estabelecendo as bases institucionais para o crescimento posterior.

3.1.2 Os Impactos das Reformas do PAEG no Milagre

O estudo de Veloso, Villela e Giambiagi (2008) sobre os determinantes do Milagre Econômico Brasileiro (1968-1973) é uma das principais referências na literatura econômica para entender os fatores que impulsionaram o crescimento excepcional desse período. O artigo busca quantificar, por meio de uma metodologia econométrica baseada em regressões com dados em painel, a importância relativa dos diferentes determinantes do crescimento, incluindo fatores externos, políticas econômicas do período e reformas institucionais associadas ao PAEG (Veloso; Villela; Giambiagi, 2008).

A análise aponta que a aceleração do crescimento entre 1968 e 1973 foi um fenômeno complexo, mas que teve como principal motor o efeito defasado das reformas do PAEG. Os autores testaram três explicações concorrentes: a política econômica expansionista adotada pelo governo, o ambiente externo favorável e as reformas institucionais do PAEG. Os resultados indicam que, apesar da contribuição das duas primeiras variáveis, o crescimento acelerado foi predominantemente impulsionado pelos efeitos estruturais das reformas implementadas durante o governo Castello Branco (1964-1967).

A metodologia econométrica empregada pelos autores utilizou painéis de seis e dez anos para uma amostra de 62 países entre 1962 e 1997. Os estimadores utilizados incluem o efeito fixo (within-group), o estimador GMM em diferenças de Arellano e Bond (1991) e o estimador GMM de sistema de Blundell e Bond (1998). A principal vantagem dessa abordagem é permitir a comparação do desempenho

econômico brasileiro com um conjunto amplo de países, identificando os fatores estruturais que impulsionaram o crescimento.

Os principais achados do estudo podem ser resumidos em três pontos centrais. Primeiro, a taxa média de crescimento do PIB saltou de 4,2% ao ano entre 1964-1967 para 11,1% ao ano entre 1968-1973, enquanto a inflação caiu de 45,5% para 19,1% ao ano no mesmo período. Esse crescimento ocorreu simultaneamente a uma significativa expansão do setor externo, com as exportações crescendo a uma taxa de 24,6% ao ano e as importações a 27,5% ao ano.

A análise econométrica mostrou que o impacto das reformas do PAEG foi capturado principalmente pelo crescimento da produtividade total dos fatores (PTF). As regressões indicam que, mesmo controlando por fatores externos e políticas expansionistas, a PTF teve um aumento significativo, explicando cerca de dois terços da aceleração do crescimento econômico. As variáveis que mais contribuíram para esse efeito foram a modernização do sistema financeiro, a estabilidade fiscal e a política cambial adotada no período.

Os modelos econométricos indicaram ainda que a estabilidade macroeconômica proporcionada pelo PAEG teve um impacto duradouro na capacidade produtiva do país. A análise de decomposição da variância mostrou que aproximadamente 60% da aceleração do crescimento entre 1968 e 1973 foi explicada por fatores internos, reforçando a importância das reformas estruturais. Estimativas contrafactuais indicam que, sem a implementação do PAEG, o crescimento brasileiro teria sido aproximadamente 5,5 pontos percentuais menor no período.

Outro achado relevante da análise econométrica foi a relação entre investimento e crescimento no período. Os coeficientes estimados mostraram que o aumento da taxa de formação bruta de capital fixo teve um impacto positivo direto no crescimento do PIB, sendo um dos principais motores da expansão econômica. O investimento em infraestrutura, financiado em grande parte pelo setor público e pelas novas condições de crédito proporcionadas pelas reformas financeiras, foi um elemento central desse processo.

Por fim, o estudo identificou que a melhora nos termos de troca teve um efeito positivo, mas secundário, sobre o crescimento econômico do período. Enquanto o ambiente externo favorável contribuiu para ampliar as oportunidades comerciais do Brasil, os resultados econométricos indicam que os ganhos de produtividade interna

foram o fator preponderante para a aceleração do crescimento, consolidando a visão de que as reformas do PAEG foram determinantes para o sucesso do Milagre Econômico.

3.1.3. Reformas Econômicas e Impactos Distributivos

Embora as reformas do PAEG tenham sido fundamentais para o crescimento econômico posterior, os impactos sociais dessas medidas não foram distribuídos de maneira equitativa. Diversos estudos apontam que as políticas implementadas no período aprofundaram a desigualdade de renda no Brasil, especialmente devido à política salarial restritiva e às reformas institucionais que favoreceram setores específicos da economia (A Ordem do Progresso, 2017).

A política salarial do PAEG foi um dos principais mecanismos que levaram ao aumento da desigualdade. Com a imposição de limites rígidos aos reajustes salariais, o governo garantiu que os ganhos dos trabalhadores fossem significativamente reduzidos ao longo do período. O modelo adotado previa que os reajustes se baseassem na inflação passada e no crescimento da produtividade, mas a forma como os cálculos eram feitos levou a uma constante subestimação dos índices inflacionários, resultando em perdas salariais reais para grande parte da população. Como resultado, entre 1964 e 1967, o salário médio industrial caiu entre 10% e 15%, enquanto o salário mínimo apresentou reduções consecutivas (Souza, 2018).

Outro fator que contribuiu para a ampliação da desigualdade foi a estrutura do mercado de crédito. Pequenas e médias empresas tiveram dificuldades para acessar financiamento, enquanto grandes conglomerados e estatais se beneficiaram de um ambiente financeiro reformulado para favorecer investimentos de longo prazo. A possibilidade de recorrer a empréstimos externos em moeda estrangeira favoreceu as empresas estrangeiras e estatais, enquanto empresas menores ficaram restritas ao crédito interno, muitas vezes a taxas desfavoráveis (A Ordem do Progresso, 2017).

A concentração de renda no topo da distribuição também aumentou significativamente no período. Dados do IBGE indicam que a participação dos 5% mais ricos na renda total passou de 28,3% em 1960 para 34,1% em 1970, e atingiu 39,8% em 1972. Da mesma forma, a fatia apropriada pelo 1% mais rico subiu de 11,9% em 1960 para 19,1% em 1972. Em contraste, os 50% mais pobres, que

recebiam 17,4% da renda total em 1960, passaram a receber apenas 11,3% em 1972, evidenciando um processo de concentração crescente (A Ordem do Progresso, 2017).

Além da política salarial, a reforma tributária e a reestruturação do mercado de capitais também tiveram efeitos regressivos sobre a distribuição de renda. O sistema tributário passou por uma racionalização que eliminou diversos impostos em cascata e melhorou a arrecadação do governo. No entanto, o modelo reformulado dependia fortemente da tributação indireta sobre o consumo, penalizando desproporcionalmente a população de baixa renda. Paralelamente, a modernização do setor financeiro resultou na criação de um mercado de dívida pública, beneficiando setores que tinham acesso a instrumentos financeiros sofisticados, enquanto os trabalhadores não tinham os mesmos mecanismos de proteção contra a inflação (Economia Brasileira Contemporânea, 2011).

A combinação dessas reformas com a política econômica expansionista implementada a partir de 1968 gerou um ambiente de crescimento acelerado, mas sem mecanismos de redistribuição de riqueza. Embora o nível de emprego tenha aumentado no período do Milagre Econômico, grande parte dos novos postos de trabalho estava concentrada em setores que demandavam maior qualificação, excluindo trabalhadores menos escolarizados. Além disso, a repressão sindical e as restrições ao direito de greve limitaram a capacidade dos trabalhadores de reivindicar melhores condições salariais (Souza, 2018).

Dessa forma, as reformas do PAEG consolidaram um modelo de crescimento que, apesar de bem-sucedido em termos de expansão do PIB, aprofundou a concentração de renda e acentuou as desigualdades sociais.

3.1.4 O Debate Acadêmico sobre Crescimento e Desigualdade

A análise do Milagre Econômico brasileiro ganha profundidade ao considerarmos o intenso debate acadêmico que se desenrolou na década de 1970 em torno da questão da desigualdade. Esse período, marcado pelo autoritarismo do regime militar, foi palco de uma acalorada controvérsia entre diferentes interpretações sobre os impactos sociais do crescimento acelerado.

De um lado, destacou-se Albert Fishlow, cujos estudos, baseados em dados do imposto de renda, revelavam que o "milagre" beneficiava desproporcionalmente os mais ricos, aprofundando as disparidades sociais. Fishlow argumentava que o modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar possuía um viés pró-capital, com políticas que favoreciam a concentração de renda.

De outro lado, Carlos Geraldo Langoni, com o apoio do governo, defendia a tese de que a desigualdade era um fenômeno transitório, inerente ao estágio de desenvolvimento econômico do país, conforme a Curva de Kuznets. Langoni atribuía as disparidades salariais principalmente às diferenças de produtividade entre trabalhadores com distintos níveis de escolaridade, argumentando que os benefícios do crescimento se disseminariam gradualmente por toda a sociedade.

Essa disputa intelectual extrapolava os limites puramente técnicos, refletindo visões de mundo opostas sobre o papel do Estado e as prioridades do desenvolvimento. Economistas estruturalistas como Maria da Conceição Tavares, Edmar Bacha e José Serra criticavam duramente a visão de Langoni, argumentando que a desigualdade no Brasil era estrutural, resultante de políticas como a repressão salarial, a priorização de setores intensivos em capital e a ausência de mecanismos de redistribuição de renda.

O debate também ganhou contornos políticos e internacionais. O artigo de Andrada e Boianovsky (2019) evidencia como o regime militar monitorava e influenciava o discurso econômico sobre a desigualdade, buscando legitimar seu modelo de desenvolvimento. Um episódio marcante foi o discurso de Robert McNamara, então presidente do Banco Mundial, na UNCTAD em 1972, que citou os dados de Fishlow para questionar o caráter inclusivo do "milagre" brasileiro. Essa crítica internacional expôs as tensões entre o crescimento econômico e a persistente desigualdade, lançando dúvidas sobre a sustentabilidade do modelo adotado.

Em suma, o debate Fishlow x Langoni foi central para a compreensão das contradições do Milagre Econômico. Ele revelou as diferentes interpretações sobre as causas e consequências da desigualdade no Brasil, influenciando as discussões sobre políticas públicas e o legado do período. A análise mais aprofundada dos modelos teóricos de Fishlow e Langoni, apresentada na seção seguinte, fornecerá um arcabouço conceitual essencial para compreendermos as complexas dinâmicas distributivas do Milagre Econômico

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: FISHLOW X LANGONI

A explicação do agravamento distributivo durante o chamado Milagre Econômico brasileiro apoia-se, fundamentalmente, em dois marcos analíticos contemporâneos ao episódio. O primeiro, formulado por Albert Fishlow (1972), insere-se na tradição estruturalista latino-americana e reconstrói a experiência brasileira como um caso de modernização dual que privilegia o capital. O segundo, elaborado por Carlos Geraldo Langoni (1973), emerge da economia neoclássica do capital humano e interpreta a desigualdade como resultado transitório de um choque de demanda por qualificação. A exposição que segue reconstrói, em texto corrido, a lógica interna de cada modelo, suas premissas e conclusões, de modo a fornecer o arcabouço conceitual que orienta toda a revisão de literatura subsequente.

4.1 Albert Fishlow: dualismo setorial e viés pró-capital

O ponto de partida de Fishlow é a constatação empírica de que, entre 1960 e 1970, a razão de Gini da renda familiar brasileira passou de 0,55 para algo próximo de 0,63, movimento ocorrido paralelamente a uma das taxas de crescimento mais elevadas já observadas na série histórica do país. Para esclarecer esse paradoxo, o autor recorre a três correntes intelectuais complementares. Da hipótese de Kuznets (Kuznets, 1966) extrai a ideia de que a industrialização precoce aprofunda inicialmente a desigualdade; do estruturalismo cepalino incorpora a noção de heterogeneidade produtiva e de rendas não concorrenciais; por fim, da noção de excedente de mão-de-obra adapta o conceito de que sustenta salários urbanos deprimidos.

A premissa fundamental do modelo de Fishlow é a existência de um dualismo estrutural na economia brasileira, caracterizado pela coexistência de dois setores produtivos rigidamente apartados. O circuito moderno, urbano-industrial, opera com capital intensivo, tecnologia incorporada e importante proteção estatal por meio de tarifas alfandegárias, crédito oficial e subsídios. Por dispor de economias de escala e de poder de mercado oligopolizado, esse circuito converte ganhos de produtividade predominantemente em lucros. Já o circuito tradicional, majoritariamente rural ou

informal, sustenta-se em tecnologias rudimentares, apresenta produtividade marginal baixa e relaciona-se a vínculos laborais frágeis ou inexistentes.

A lógica interna do modelo de Fishlow reside na dinâmica da acumulação de capital. A engrenagem de concentração surge quando se observa que os lucros do setor moderno não são consumidos, mas poupados por estratos de renda cujo comportamento tem forte elasticidade-poupança. A poupança doméstica, ao retornar como investimento adicional, reforça o próprio predomínio do circuito moderno e alimenta um círculo cumulativo de apropriação patrimonial. Esse processo é agravado pela política de indexação pós-1964: enquanto salários nominais são reajustados com atraso – corroídos, portanto, pela inflação corrente –, ativos financeiros passam a ser corrigidos de maneira quase automática, mecanismo que transfere renda real do trabalho para rentistas e amplia a diferença funcional entre salários e rendimentos de capital.

No plano quantitativo, Fishlow mobiliza o índice de entropia de Theil para analisar a desigualdade. Este índice, oriundo da teoria da informação, mede a diferença entre a distribuição observada da renda e uma distribuição perfeitamente igualitária. Sua forma geral é:

$$T = \sum_{i=1}^N y_i * \ln \frac{y_i}{x_i}$$

Onde:

- T representa o índice de Theil.
- N é o número de indivíduos ou grupos de indivíduos na população.
- y_i é a proporção da renda total detida pelo indivíduo ou grupo i .
- x_i é a proporção da população total representada pelo indivíduo ou grupo i (se todos os x_i forem iguais a $\frac{1}{N}$, o denominador se torna N_{y_i}).

Um valor de $T = 0$ indica igualdade perfeita, e valores maiores indicam maior desigualdade. A vantagem do índice de Theil, explorada por Fishlow, é sua propriedade de decomposição, que permite analisar a desigualdade total como a soma da desigualdade *entre* diferentes grupos (definidos por escolaridade, idade, setor produtivo etc.) e a desigualdade *dentro* desses grupos. Utilizando essa

ferramenta, Fishlow demonstra que variáveis como escolaridade, idade e setor produtivo explicavam mais da metade do total de entropia (desigualdade) já em 1960, ganhando peso explicativo adicional em 1970, o que sinaliza um acentuamento da heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho. Complementarmente, sua análise do imposto de renda mostra queda da participação dos 40% mais pobres de 10,9% para 7,4% da renda nacional, ao passo que o 1% mais rico eleva sua fatia de 11,9% para 19,1%. A conclusão é inequívoca: na ausência de reforma tributária progressiva, de crédito voltado a pequenos produtores e de mecanismos que preservem salários frente à inflação, a desigualdade tenderá a permanecer elevada, pois nasce de uma engrenagem que privilegia o capital desde a origem.

4.2 Carlos Geraldo Langoni: escassez de capital humano e prêmios educacionais

Langoni parte de uma ideia diferente: ele acha que, mesmo com a importância da divisão da renda entre salários e lucros, o que mais causou a concentração de renda no final dos anos 60 foi uma grande procura por trabalhadores com mais estudo. Ele usa a teoria do capital humano – com as ideias de economistas como Becker e Mincer – que diz que os salários das pessoas têm muito a ver com o quanto elas estudaram. Quando a economia cresce e a indústria se desenvolve rápido, aumenta muito a necessidade de engenheiros, técnicos e administradores. Mas se as escolas e universidades não conseguem formar gente suficiente, quem tem diploma de ensino médio ou superior acaba ganhando salários muito altos, como se fosse um "aluguel" por serem raros.

Langoni analisou dados do censo e viu que o retorno financeiro de cada ano a mais de estudo subiu de cerca de 11% em 1960 para 17% em 1970. Para entender como isso aumentou a desigualdade (medida pelo índice de Gini), ele dividiu essa mudança em duas partes: um efeito do crescimento da cidade, com muita gente pouco escolarizada indo trabalhar nas empresas, e um efeito do aumento dos salários de quem estudou mais. Os números mostraram que o crescimento das cidades explicou

uns dois terços do aumento da desigualdade. Isso quer dizer que a falta de pessoas com mais estudo já seria suficiente para aumentar a diferença de renda.

Para Langoni, a solução para isso é temporária. Se o governo investir mais em escolas de ensino médio e universidades – construindo mais escolas, dando bolsas de estudo e oferecendo crédito para os estudantes –, vai ter mais gente qualificada. Aí, a falta de profissionais com mais estudo diminui, e os salários altos de quem tem diploma também, reduzindo a desigualdade. Langoni até sugeriu criar um tipo de "banco da educação" para emprestar dinheiro para as pessoas estudarem, com juros baixos, e elas pagariam depois de formadas, com um pedaço do que ganham. Essa ideia é parecida com os programas de student loans que existem hoje em dia. O modelo de Langoni segue a linha da economia neoclássica e da teoria do capital humano, que dão muita importância ao papel da educação nos salários e na chance de as pessoas melhorarem de vida.

4.3 Convergências, divergências e lições conjuntas

Embora partam de premissas distintas, Fishlow e Langoni convergem na ideia de que o Milagre Econômico representou um caso de crescimento excludente, isto é, um processo no qual o aumento do produto per capita não se traduziu em bem-estar generalizado. Divergem, no entanto, quanto ao horizonte temporal da desigualdade. Para Fishlow, esta é estrutural e tende a se perpetuar enquanto a distribuição funcional da renda permanecer enviesada em favor do capital. Para Langoni, trata-se de um pico cíclico, passível de reversão assim que a oferta educacional acompanhar a demanda por qualificação.

A história posterior sugere que os dois mecanismos operaram de forma simultânea. Se, de um lado, a participação dos salários no PIB permaneceu deprimida até meados dos anos 1980, em consonância com a previsão estruturalista de Fishlow, de outro o prêmio salarial dos trabalhadores qualificados começou a declinar já na primeira metade da década de 1980, em linha com o prognóstico educacional de Langoni. Tais evidências indicam que políticas redistributivas sustentáveis precisam

combinar, de um lado, instrumentos que alterem a apropriação do excedente econômico – tributação progressiva, fortalecimento da negociação salarial, crédito produtivo descentralizado – e, de outro, medidas que ampliem e democratizem o estoque de capital humano – expansão do ensino básico e superior, financiamento estudantil, programas de qualificação rápida.

Em síntese, a desigualdade do Milagre foi resultante da intersecção entre um padrão de acumulação pró-capital e a rigidez da oferta educacional. Ignorar qualquer um desses vetores implica subestimar a resiliência do fenômeno distributivo, razão pela qual os dois modelos – ainda que opostos em suas ênfases – permanecem complementares para compreender o legado social do crescimento econômico brasileiro naquele período.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão crítica da literatura, os determinantes do crescimento econômico brasileiro durante o Milagre Econômico (1968–1973) e sua relação com a desigualdade. A partir da análise das reformas estruturais do PAEG, dos resultados empíricos sobre o crescimento e da literatura focada na concentração de renda, demonstrou-se que a expansão do produto no período, embora expressiva, esteve profundamente vinculada à intensificação das desigualdades sociais.

A revisão mostrou que o PAEG criou bases institucionais que foram importantes para o crescimento — como a estabilização macroeconômica inicial, a reforma do sistema financeiro e o estímulo ao investimento. No entanto, essas reformas foram acompanhadas por uma política salarial repressiva, uma estrutura tributária regressiva e um ambiente institucional que favoreceu a concentração de capital, resultando em um modelo de crescimento excludente que privilegiou grandes grupos econômicos e ampliou a disparidade de renda.

O embate teórico entre Albert Fishlow e Carlos Geraldo Langoni, detalhado neste trabalho, oferece lentes cruciais para interpretar esse fenômeno. Fishlow, com sua abordagem estruturalista, apontou para um dualismo setorial e um viés pró-capital nas políticas implementadas, argumentando que a desigualdade era uma característica intrínseca e persistente do modelo de modernização adotado. Langoni, por sua vez, utilizando a teoria do capital humano, interpretou a concentração de renda como um desequilíbrio transitório, impulsionado pela rápida demanda por mão de obra qualificada em um contexto de oferta educacional restrita. A análise de suas contribuições, à luz dos dados históricos e da crítica estruturalista, reforça a interpretação de que, independentemente da ênfase causal, o resultado foi um aprofundamento das disparidades. A narrativa oficial que por vezes minimizava a gravidade da concentração de renda encontrou contraponto na realidade empírica e nas análises que indicavam a concentração como uma consequência direta das escolhas políticas e econômicas do regime militar. As pressões internacionais, como as do Banco Mundial, evidenciam que esse debate ultrapassava as fronteiras acadêmicas e atingia a credibilidade do modelo brasileiro no exterior.

Conclui-se, portanto, que o Milagre Econômico foi um processo de crescimento concentrador, sustentado por reformas eficazes do ponto de vista da expansão do produto, mas socialmente excludentes. O caso brasileiro impõe limites à leitura otimista de que o crescimento, por si só, reduz desigualdades. Pelo contrário, a experiência histórica analisada, examinada através das perspectivas teóricas de Fishlow e Langoni, mostra que, sem mecanismos deliberados e eficazes de redistribuição e sem políticas que ataquem as raízes estruturais e conjunturais da desigualdade – seja o viés pró-capital ou os descompassos educacionais – o crescimento pode reforçar, e de fato reforçou, estruturas preexistentes de concentração e disparidade socioeconômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA, M. A.; BOIANOVSKY, M. Economic debates under authoritarian regimes: Brazil's 'Economic Miracle' in the 1970s. SSRN Electronic Journal, 2019.

A ORDEM do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889–1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

BACHA, E. Hierarquia e remuneração gerencial. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Ed.). A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

ECONOMIA Brasileira contemporânea: 1945–2010. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. American Economic Association Meeting, 1972.

HERMANN, J. O milagre econômico revisitado: crescimento acelerado e distribuição de renda durante o regime militar. Revista de Economia Política, v. 25, n. 2, p. 170–191, 2005.

KUZNETS, S. Modern Economic Growth: Rate, Structure and Spread, New Haven, 1966

LANGONI, C. G. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

MANKIW, N. G.; ROMER, D.; WEIL, D. N. A contribution to the empirics of economic growth. Quarterly Journal of Economics, v. 107, n. 2, p. 407–437, 1992.

SOUZA, P. H. G. F. A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926–2013. São Paulo: Hucitec, 2018.

TAVARES, M. da C.; SERRA, J. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: BIELSCHOWSKY, R. (Ed.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2000. v. 2.

VELOSO, F.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do 'milagre' econômico brasileiro (1968–1973): uma análise empírica. Revista Brasileira de Economia, v. 62, n. 2, p. 221–246, 2008.